

ATA DA REUNIÃO GERAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS LGBTI+

Aos VINTE E OITO de JULHO de 2022, às dezessete horas, aconteceu reunião virtual (via *Google Meet*). **COMPOSIÇÃO DA MESA:** André Sardão, presidência da mesa. Presença da **Sociedade Civil** (pessoa física e pessoa jurídica) na pessoa de seus representantes titulares e suplentes, eleitos conforme votação realizada no dia 01/02/2021 e posse realizada de modo virtual em 16/03/2021, bem como do **Poder Público** composto pelas Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania; de Educação; da Saúde; de Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e Turismo; de Habitação e Segurança Urbana, e de Cultura.

Primeiramente, tratou-se de assuntos objeto de deliberação:

1. Reuniões presenciais do Conselho

O conselheiro Renato Monteiro solicitou o retorno das reuniões presenciais do Conselho, justificando que as atividades em geral já retornaram ao presencial, e que o formato online já se tornou exaustivo, o que pode inclusive ter afastado conselheiros(as) das reuniões. O secretário executivo Reginaldo Machado disse ser possível agendar reuniões presenciais, mas que presencialmente seria inviável transmiti-las ao vivo como é feito atualmente. A conselheira Tania Regina disse que estar presencialmente nas reuniões seria uma dificuldade para ela, não podendo garantir que conseguiria estar presente da mesma maneira que virtualmente. O conselheiro Renato Monteiro pontuou que a possibilidade do retorno ao presencial pode ser discutida com todos(as), pois ele acredita que é melhor manter as reuniões virtuais do que as esvaziar ainda mais no presencial.

2. Ausência de conselheiros(as) nas reuniões

A conselheira Tania Regina comentou sobre as queixas de ausência de conselheiros(as), tanto da Sociedade Civil quanto do Poder Público, questionando se existe no Regimento Interno um limite de quantidade de faltas em reuniões. A conselheira disse ainda que é necessário entender o porquê do afastamento dos(as) conselheiros(as), discutindo como essas pessoas estão entendendo o papel delas no Conselho e os temas que estão sendo tratados nele, e sugeriu que os temas sejam revistos para que possam envolver e responsabilizar os(as) conselheiros(as). A conselheira Adriana Silva afirmou concordar com a conselheira Tania, pontuando que a região central de São Paulo não é segura no horário da reunião, e que possivelmente muitos dos(as) conselheiros(as) voltaram a trabalhar após o alívio da pandemia de COVID-19. O presidente André Sardão disse que há dificuldades com relação ao trabalho do Conselho, e que por vezes as pessoas se sentem prejudicadas, e que alguns conselheiros(as) da Sociedade Civil de fato voltaram a trabalhar nesse período. O conselheiro Renato Monteiro ressaltou que o problema são conselheiros(as) que não justificam sua ausência e que a baixa aderência nas reuniões desmotiva até mesmo os que estão participando ativamente. O conselheiro disse ainda que, em relação ao limite de faltas no Regimento Interno, entende que a Coordenação deveria verificar com os(as) conselheiros(as) ausentes o que está acontecendo e, se for o caso, convocar os suplentes a substituí-los. A conselheira Tania Regina afirmou ter percebido que, após a troca da presidência, ocorreu o esvaziamento, principalmente da Sociedade Civil, que antes se fazia mais presente em termos de cobrança. Foi então concedida palavra a Joo Paule, que começou

dizendo que os conselhos foram criados com a função de articular representantes da Sociedade Civil em relação às suas demandas, e que percebe que as discussões do Conselho se prolongam demasiadamente em pautas meramente informativas, sem que o foco sejam demandas da Sociedade Civil, citando como exemplo coletivos que atuam na sua região, que sentem dificuldade de obter apoio da Coordenação, e sugeriu que o Conselho passe a dar os informes não durante a reunião, mas por e-mail. O suplente Alexandre Serdeira disse concordar com a conselheira Tania e o conselheiro Renato Monteiro, e que se preocupa com o comprometimento dos(as) conselheiros(as) e com o fato de que, em alguns casos, tanto titulares quanto suplentes estão afastados. A conselheira Adriana Silva expressou sua concordância com a conselheira Tania Regina. O presidente André Sardão se disse espantado com a ausência de quase todos os representantes de Secretarias Municipais, e que cabe à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania cobrar a presença das demais. A conselheira Tania Regina sugeriu que o presidente André Sardão, junto com a Coordenação, tendo como base a publicação da posse do Conselho em Diário Oficial, enviem um e-mail de convocação aos(as) conselheiros(as) empossados. O conselheiro Renato Monteiro questionou se estaria certo em afirmar que, em caso de nem o titular nem o suplente se fizerem presentes, não haveria alternativa do que fazer, ao que o presidente André Sardão e o secretário executivo Reginaldo Machado confirmaram. O secretário executivo Reginaldo Machado sugeriu o envio do e-mail constando as faltas de cada conselheiro(a) e o presidente André Sardão complementou sugerindo que seja dada a oportunidade de justificativa.

3. Discussão sobre o Transcidadania e o Serviço Prisional

O conselheiro Renato Monteiro introduziu a pauta explicando que se trata de discutir a expansão do Programa Transcidadania para que abarque pessoas trans em privação de liberdade. O secretário executivo Reginaldo Machado explicou que o Programa Transcidadania prevê que qualquer pessoa em privação de liberdade tem seu benefício suspenso até o fim do período de sua privação, uma vez que um dos requisitos do programa é estar estudando. O conselheiro Renato Monteiro questionou por que não seria possível aplicar o programa para pessoas em privação de liberdade considerando que existem iniciativas de educação no Sistema Prisional. Foi então concedida a palavra a André Luzzi que esclareceu que no Sistema Prisional é ofertado o ensino formal pela Secretaria Estadual de Educação e também por meio da PNAISP, que os municípios também aplicam, por isso é possível articular o Transcidadania de maneira compartilhada entre os entes federados. André disse ainda que é necessário discutir o acesso ao Transcidadania não somente quando a pessoa está em privação de liberdade, mas também imediatamente após ela receber a liberdade, focalizando as políticas públicas para que elas atendam melhor as pessoas que mais precisam. O presidente André Sardão comentou sobre a discussão de criação de um projeto de lei para o Transcidadania, na qual o Conselho está incluído, e que o assunto pode ser também discutido no GT Transcidadania. A conselheira Adriana Silva e o conselheiro Renato Monteiro pediram a sua inclusão no GT.

4. Informe sobre reuniões com SPTrans, Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito e Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

O secretário executivo Reginaldo Machado informou que, até aquele momento, não tinha recebido uma devolutiva da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito sobre as reuniões, e que ainda aguardava as sugestões de datas do Conselho para a reunião com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Disse ainda que o Conselho poderia enviar três

opções de datas para a reunião no período da tarde e três no período da manhã. O presidente André Sardão explicou que prefere enviar mais do que três sugestões de datas para evitar que sejam declinadas, considerando também o fato de que as tentativas de agendar a reunião ainda não tinham dado certo, o que, para ele, tem desestimulado os demais. O presidente André Sardão questionou então se existe uma previsão de quando haveria uma resposta dos órgãos, ao que o secretário executivo Reginaldo Machado respondeu que havia dado um prazo, que poderia ser prorrogado pelo órgão por mais 5 dias.

5. Agenda da Prefeitura de São Paulo

O presidente André Sardão disse que houve alguns eventos dos quais o Conselho não tinha sido avisado, e que o coordenador de Políticas para LGBTI+ Cassio Rodrigo já encaminhou a agenda de atividades. Disse ainda que o Conselho deve ser informado sobre eventos com a temática LGBTI+.

6. Autonomia do Conselho em relação à Prefeitura de São Paulo

Foi concedida a palavra a Joo Paule, que destacou que os mecanismos como o Conselho, com a função de buscar a participação de civis e compor com funcionários públicos, são sofisticados no que diz respeito a elaboração de grupos de trabalho e participação democrática, e pontuou também que o afastamento dos(as) conselheiros(as) pode vir a ser em razão do período eleitoral. Joo sugeriu que seja dada mais autonomia ao presidente do Conselho e aos(as) conselheiros(as) presentes, para que componham grupos de trabalho, tragam ideias, pautem a não-ação de órgãos públicos, fiscalizem atividades que não são realizadas, sem que fiquem “como resto” na pauta de órgãos públicos que, segundo ele, têm a obrigação, pois foram criados a partir do Conselho, como é o caso da Coordenação, de os ouvirem.

7. Aprovação da ata da reunião de 30 de junho

A ata da reunião do Conselho do dia 30 de junho foi aprovada pela maioria dos votos válidos dos(as) conselheiros(as) presentes. O presidente André Sardão solicitou também a inclusão das atas das reuniões de maio e junho no portal da Coordenação de Políticas para LGBTI+.

Antes do fim da reunião, foi concedida a palavra a André Luzzi, que informou aos presentes que integra o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo, que já existe há 18 anos, que está preparando uma ação para o agosto dourado, que é o mês do aleitamento humano, e convidou o Conselho a contribuir para tornar o processo inclusivo. Informou ainda que o referido Conselho se reúne a cada terceira quinta-feira do mês. O conselheiro Renato Monteiro disse achar a pauta muito interessante, podendo ser debatida pelo Conselho LGBTI+, o de Segurança Alimentar e Nutricional, e o de Saúde.

APROVAÇÃO DA ATA

Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada conforme lista a seguir:

Pessoa Física Sociedade Civil:

- a) Segmento de Lésbicas:
- b) Segmento de Gays: André Henrique;
- c) Segmento de Mulheres Bissexuais:
- d) Segmento de Homens Bissexuais: André Sardão;
- e) Segmento de Mulheres Travestis:
- f) Segmento de Mulheres Transexuais: Aysa Cristiane;
- g) Segmento de Homens transexuais:
- h) Organização da Sociedade Civil sem Personalidade Jurídica: Renato Monteiro.

Poder Público:

- a) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania:
- b) Secretaria Municipal da Saúde: Tania Regina;
- c) Secretaria Municipal de Habitação
- d) Secretaria Municipal de Segurança Urbana:
- e) Secretaria Municipal de Cultura: Terra Johari;
- g) Secretaria Municipal de Educação: Anna Luisa de Castro;
- h) Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo: Cleia Maria Ferreira.